

O processo de modernização da universidade

casos USP e UFRJ

MARIA DE FÁTIMA DE PAULA

RESUMO: O artigo trata do processo de modernização da universidade e da conseqüente transformação do perfil da *intelligentzia* universitária, tomando como base dois estudos de caso: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O período focado pela pesquisa compreende as décadas de 70, 80 e 90, com ênfase nas transformações ocorridas nas universidades investigadas a partir da Reforma de 1968. O estudo é centrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, com enfoque na área de ciências humanas. Estas unidades universitárias são analisadas à luz das novas políticas de modernização para a universidade, que as inserem na lógica burocratizadora e racionalizadora do capital, o que tem levado à sua diluição enquanto *locus* de resistência crítica, política e cultural.

PALAVRAS-CHAVE:

**universidade,
modernização,
racionalização,
burocratização.**

Introdução

Este artigo trata do processo de modernização da universidade e da conseqüente transformação do perfil da *intelligentzia* universitária, tomando como base dois estudos de caso: a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro¹.

O período focado pela pesquisa compreende as décadas de 70, 80 e 90, com ênfase nas transformações ocorridas na universidade brasileira, pós-Reforma Universitária de 1968, e na sua influência sobre a mudança do perfil da *intelligentzia* investigada.

Foram selecionados para estudo a Faculdade de Filosofia, Letras

Professora do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da ESE – UFF

e Ciências Humanas da USP e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, uma vez que a análise foi centrada na área de humanidades, e mais especificamente, na área de ciências sociais.

Como técnicas ou instrumentos de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Foram entrevistados cerca de 50 profissionais ligados à USP e cerca de 50 profissionais ligados à UFRJ, incluindo docentes de diferentes gerações intelectuais, assim como ocupantes de cargos burocráticos distintos. A análise documental centrou-se em documentos vinculados à legislação universitária e representativos das instituições investigadas, tais como regimentos, documentos relativos à questão da avaliação institucional, dentre outros.

Em grande medida, a atuação e a produção intelectuais, pós-década de 70, serão orientadas segundo os critérios da burocratização e racionalização universitárias, associados aos parâmetros do crescente processo de especialização científica. Este último, no que se refere à área de ciências humanas, acentua-se nos anos 80, quando a maioria da produção intelectual se concentrará nos departamentos universitários.

Partimos do pressuposto de que a transformação do perfil da *intelligentzia* universitária investigada relaciona-se intimamente com a hegemonia do modelo norte-americano de universidade, implantado com a Reforma Universitária de 68. Este novo modelo substituiu os modelos clássicos alemão e francês de universidade, que exerceram forte influência sobre a UFRJ e sobre a USP, até a década de 60². Em especial as Faculdades de Filosofia e Ciências Sociais sofrerão profundas alterações com a implantação e com a hegemonia do paradigma norte-americano. Com a reforma, essas faculdades serão desmembradas em prol de uma busca constante e permanente de maior racionalização para o sistema universitário, busca esta que será reatualizada nas décadas de 80 e 90, com maior força. A busca quase que obsessiva de maior racionalização para as universidades, sobretudo as públicas, tem levado à diluição das Faculdades de Filosofia e de Ciências Sociais como locus privilegiado de resistência crítica, política e cultural. Estas faculdades e os profissionais que nelas atuam têm se inserido cada vez mais no processo de racionalização capitalista ou na lógica do capital, perdendo a sua função tradicional de formação e transmissão de uma cultura livre e desinteressada.

A burocratização da universidade e do trabalho intelectual, pós-década de 70

A partir da década de 70, as universidades brasileiras tornaram-se instituições complexas, na medida em que ampliaram consideravelmente o número de alunos, de docentes e de funcionários, multiplicaram o número de funções e cargos administrativos, assim como o número de instâncias e órgãos decisórios. Para atender às demandas sociais de expansão do ensino superior, surgiram equipes especializadas em administração e uma nova forma de racionalidade tomou conta da universidade: a burocrático-planificadora.

¹ A Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro foram escolhidas por se destacarem pela sua tradição universitária e pela sua produção intelectual.

² Acerca da influência dos modelos francês e alemão sobre a UFRJ e a USP, do momento de suas respectivas fundações, nas décadas de 20 e 30, até a década de 60, cf. Paula (1998).

O controle dos processos, a administração dos recursos e a busca de uma “racionalização” crescente para as instituições universitárias foram responsáveis pelo surgimento de uma racionalidade técnica na qual os fins se ajustam aos meios.

Após a Reforma de 68, houve um reforço do modelo burocrático, uma vez que se manteve o sistema de dominação através do formalismo, da existência de normas e regras escritas, da estrutura de poder hierárquica e da divisão horizontal e vertical do trabalho nas universidades³.

Cabe ressaltar que o poder burocrático, para se exercer em toda a sua plenitude, exige a interiorização das suas regras, tanto por parte dos dominados, quanto por parte dos dominantes. Nesse sentido, com o processo de burocratização da universidade, grande parte do corpo docente, independente da hierarquia ocupada no meio universitário, aderiu aos pressupostos da modernização, aqui entendida como processo correlato da “racionalização” que o capitalismo pretendeu imprimir na universidade. Assim, uma parte considerável do corpo docente universitário, após a década de 70, aderiu à “mística modernizadora”. Os docentes que se identificam com a busca de uma maior “racionalização” para as atividades universitárias perseguem incessantemente os critérios do “rendimento”, da “produtividade” e da “eficácia” acadêmicos, critérios estes determinados pela ideologia burguesa, que de tão arraigada e interiorizada, muitas vezes sequer é percebida pelos agentes que a reproduzem no espaço universitário (cf. Chauí 1980, p. 47-48; 1990).

Embora o processo de burocratização das universidades brasileiras coincida com o seu processo de modernização, iniciado com a reforma de 68, esses processos não foram acompanhados de uma maior racionalização real do sistema universitário. Na medida em que as universidades se tornaram maiores e mais complexas, o seu processo de burocratização não se deu de maneira totalmente racional e funcional. Ao contrário, as tendências verificadas no sentido de uma maior diversificação das funções universitárias, de uma divisão crescente do trabalho no interior das universidades, com conseqüente ampliação do seu quadro docente, discente e de funcionários, articularam formas de organização racional tipicamente burocráticas com processos de burocratização anárquica. Esta burocratização anárquica, da maneira como tem ocorrido nas universidades brasileiras, tem levado mesmo a uma irracionalidade nos domínios da administração, da pesquisa, do ensino e da extensão. Nesse sentido, o caráter racionalizador buscado para a universidade, a partir sobretudo da reforma de 68, passa mais pelo plano discursivo das medidas governamentais e legais do que por práticas efetivas que possibilitem uma maior racionalização das instituições universitárias. Assim, os processos de burocratização que marcam a transição da universidade tradicional para a moderna podem ser entendidos mais à contraluz do esquema weberiano do que propriamente se tomarmos a interpretação weberiana no seu sentido literal de burocratização como sinônimo de racionalização⁴.

Tanto na USP quanto na UFRJ, a maior parte dos depoimentos dos

³ Sobre uma comparação entre o antigo modelo de cátedra e o atual sistema departamental, no que se refere à questão da burocracia e do poder, cf. Graciani, 1984

⁴ Acerca da discussão de Max Weber sobre a questão da burocracia e da racionalização empreendida à sociedade moderna pelo capitalismo, cf. Weber (1982; 1994a; 1994b).

entrevistados apontam o processo crescente de burocratização destas instituições como coincidente com o processo de reforma das mesmas, iniciado na década de 60. Pois foi com a reforma dessas universidades que elas aumentaram de tamanho, se massificaram, absorvendo um número elevado de alunos, funcionários e docentes, assim como criaram mais instâncias e órgãos administrativos e acadêmicos, com a proliferação de um sistema de controle interno do trabalho intelectual. Porém, nas duas instituições, o processo de burocratização não foi acompanhado de uma racionalização crescente das atividades universitárias, dando-se de forma anárquica e até mesmo um tanto irracional.

No caso da USP, grande parte dos entrevistados aponta a gestão do professor José Goldemberg na Reitoria (1985-1989) como um marco importante do processo de recrudescimento do espírito burocrático. Foi também a partir da gestão Goldemberg que houve uma valorização exacerbada das atividades de extensão universitária, concebendo-se a universidade como agência prestadora de serviços à sociedade. Ou seja, houve na USP, a partir da segunda metade da década de 80, uma hipertrofia das técnicas que simulam uma maior eficiência e racionalidade para a instituição, mas que concretamente têm conduzido a universidade para um processo de burocratização anárquica que, no limite, tem entrado em conflito com os valores propriamente acadêmicos, tais como o ensino e a pesquisa.

Na verdade, além da instituição realizar um mecanismo de controle burocrático muito grande sobre o trabalho intelectual, ela acaba também por produzir um conformismo e uma identificação de certos professores em relação às práticas burocráticas, ou seja, ela também produz o burocrata profissional, totalmente identificado com a estrutura burocrática. “Cresceu muito na USP a aceitação passiva, a disciplina passiva que Max Weber apontava como um dos traços do burocrata... aquele olhar de dorminhoco, aquela coisa pastosa e cinzenta, e ao mesmo tempo paquidérmica, isso se generalizou...”⁵.

No caso da UFRJ, deu-se algo semelhante ao que ocorreu na USP, isto é, foi a partir da segunda metade da década de 80, na gestão de Horácio Macedo na Reitoria, que houve um aumento maior da burocracia na instituição, devido à admissão de milhares de funcionários e à ênfase excessiva na questão da extensão universitária. Esta gestão foi caracterizada por um populismo e um clientelismo exacerbados, que sem dúvida exerceram forte influência sobre o processo de burocratização da UFRJ.

Na UFRJ, os professores entrevistados, em sua maioria, apontaram para uma burocratização mais acentuada nos quadros do funcionalismo administrativo, com uma quantidade considerável de funcionários despreparados para o desempenho de suas respectivas funções. Além disto, o vínculo da universidade com o Governo Federal torna a administração da mesma dependente, em grande parte, das decisões tomadas no âmbito do poder Executivo. Neste sentido, a burocratização da instituição como um todo acaba por afetar o trabalho propriamente acadêmico, isto é, as atividades de ensino e de pesquisa.

⁵ Depoimento de um renomado professor do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Como processo estrutural de transformação, a burocratização das universidades investigadas não se caracterizou pela tendência típica à racionalização e à obediência impessoal das disposições legais. A constituição de sujeitos políticos, a intervenção estatal, os interesses corporativos e de grupos pesaram de maneira decisiva e tiveram uma influência significativa sobre os processos de burocratização das respectivas instituições, ocasionando o que denominamos de burocracia anárquica, na medida em que não conduziram, de fato, a uma maior racionalização dos sistemas universitários.

A USP e a UFRJ no contexto das novas políticas de modernização para a universidade

Enfocaremos dois aspectos fundamentais que ilustram bastante bem a inserção da USP e da UFRJ no contexto das novas políticas de modernização para as universidades brasileiras, entendidas neste estudo como mecanismos que inserem as universidades na lógica racionalizadora do capital: a questão do processo de avaliação deflagrado nestas instituições e a questão da prestação de serviços à sociedade, com ênfase nos convênios ou parcerias entre as universidades investigadas e o setor produtivo.

A questão da avaliação na USP e na UFRJ

No Brasil, as discussões sobre avaliação tornaram-se acaloradas a partir da segunda metade da década de 80, deflagradas com os documentos “Uma Nova Política para a Educação Superior” e o Relatório GERES (cf. MEC, 1985; 1986). Nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso a questão da avaliação da e na universidade aparece como ponto crucial das novas políticas para o ensino superior (cf. Collor, 1991; MARE, 1995; MEC, 1996). Sem dúvida, estas iniciativas do poder Executivo e do MEC têm exercido forte influência sobre a USP e a UFRJ.

No caso da USP, foi na gestão do Reitor José Goldemberg (1985-1989) que o processo de avaliação no interior da universidade tomou corpo.

A Reitoria da USP decidiu reunir informações quantitativas sobre a atividade dos departamentos e unidades, recolhendo dados sobre a produção dos seus docentes (cf. Goldemberg, 1992).

Os critérios utilizados para avaliar a produção docente, além de meramente quantitativos, contemplavam basicamente a produção publicada, não levando em conta as demais atividades docentes, tais como aulas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação, orientação de alunos, atividades de extensão universitária, etc. Além disto, os critérios de “produtividade” adotados pela Reitoria da USP não levavam em consideração, também, as especificidades das diversas áreas do conhecimento. Neste sentido, desconsiderou-se que existem áreas em que se publica mais num curto prazo de tempo, como medicina, agricultura e tecnológicas, enquanto em outras, como matemática e humanidades, os trabalhos têm um longo período de maturação, e as facilidades de publicação, em especial em revistas

internacionais, são mais escassas do que nas demais áreas.

Esse processo de avaliação da “produtividade” docente na USP atingiu seu ápice com a publicação da famosa “lista dos improdutivos” pela *Folha de São Paulo*, em fevereiro de 1988, definida pela Coordenadoria de Administração Geral da Reitoria como “relação dos docentes sem produção científica em 1985 e 1986” (*Folha de S. Paulo*, 1988a; 1988b).

Existe uma mentalidade hegemônica na USP, na UFRJ e na maioria das universidades brasileiras, que reduz a produção cultural aos critérios de uma “produtividade” meramente quantitativa, mentalidade esta que representa uma interiorização das novas propostas “racionalizadoras” provenientes do Executivo, do MEC e dos seus assessores para as universidades. As universidades, sobretudo as públicas, sentem-se na obrigação de mostrarem-se “produtivas”, “racionais”, “eficazes”, pois são permanentemente acusadas de “irracionais”, “perdulárias”, “improdutivas”. No reino da razão instrumental e da valorização dos aspectos meramente funcionais da universidade, esquece-se que a universidade enquanto espaço de formação, pesquisa e extensão já está cumprindo a sua missão social. Fazendo-se uma analogia da universidade com as empresas e com o mercado capitalista de produção, exige-se delas que se transformem em máquinas prestadoras de serviços à sociedade, ao Estado e ao setor produtivo. Os professores universitários deixam de ser intelectuais críticos para transformarem-se em funcionários do capital que prestam serviços à sociedade de mercado. Assim, o tão procurado diálogo com a sociedade torna-se mais difícil, na medida em que na busca de uma maior racionalização para as atividades universitárias, reforçam-se os mecanismos de burocratização do ensino e da pesquisa.

Para dar prosseguimento aos processos de avaliação, a USP automatizou toda a sua administração, inclusive a parte acadêmica, tendo como um dos objetivos a produção de uma série de indicadores de desempenho que pudessem servir de base à avaliação institucional. Os indicadores gerados pelo sistema têm sido publicados em um Anuário Estatístico desde 1986. A cada ano, o número de indicadores tem sido ampliado. Em 1987, uma fração de até 20% do orçamento de custeio e capital das unidades de ensino e pesquisa foi alocada com base no número de publicações técnico-científicas e no número de teses de mestrado e doutorado produzidas por docentes das respectivas unidades. Deu-se grande ênfase à avaliação da produção técnico-científica medida pelo número de trabalhos publicados, culminando com a alocação de parte dos recursos orçamentários em função dessa “produção”. A resposta da comunidade acadêmica foi no sentido de aumentar o número de publicações no período 1985-1988 (cf. Goldemberg, 1992). Os principais itens responsáveis pelo crescimento do número de publicações foram trabalhos publicados em conferências, artigos publicados em jornais e resumos publicados em eventos (congressos, simpósios, etc.).

Entretanto, podemos verificar que justamente no ano de 1988, quando se atingiu o maior número de trabalhos publicados, o número de formados nos cursos de graduação foi o menor do período compreendido

entre 1982 e 1988. Como o número de vagas oferecidas cresceu em 5% entre 1982 e 1985, era esperado ter-se um crescimento dessa ordem no número de formados em 1988, porém, em relação a 1987, houve um decréscimo de 14% no número de formados (cf. Wolyneq, 1992, p. 105-108). O exemplo apresentado ilustra bastante bem que uma avaliação produtivista e quantitativa baseada sobretudo no número de publicações dos docentes não leva necessariamente a uma maior eficiência do sistema universitário como um todo, devendo ser priorizados critérios que levem em conta sobretudo a qualidade e a especificidade da produção acadêmica, segundo as diferentes áreas do conhecimento.

Na UFRJ, as experiências de avaliação institucional só se iniciaram na década de 90 e ainda estão em fase bastante incipiente. A maior tradição de avaliação nesta instituição refere-se aos cursos de pós-graduação, sendo que a avaliação da pós-graduação não nasceu da necessidade interna da universidade, mas como fruto de uma demanda das agências financiadoras, como CNPq, CAPES e FINEP. A CAPES, principal avaliadora dos cursos de pós-graduação, adota a metodologia de avaliação por pares escolhidos entre professores/pesquisadores atuantes nos vários programas existentes no país, efetuada por biênios, e tendo como indicadores a caracterização do corpo docente, das atividades de pesquisa, da produção docente e discente, e da estrutura curricular e fluxo de alunos.

Com relação aos cursos de graduação, poucos foram os esforços mais sistemáticos e razoavelmente globalizantes utilizados pela UFRJ para a avaliação destes cursos. Entre as experiências sistemáticas realizadas na avaliação dos cursos de graduação, nos últimos anos, destaca-se a atuação da COOPERA⁶ – Comissão Permanente de Avaliação. A COOPERA iniciou, em 1992, um estudo voltado para a avaliação de cinco cursos de centros diferentes da UFRJ, no qual foram montados instrumentos de avaliação (questionários) e realizados, em parte, os trabalhos dos avaliadores externos, mas este processo não prosseguiu. Foi somente a partir de novembro de 1994, com uma nova composição, que a COOPERA reiniciou seus trabalhos dentro das diretrizes traçadas pelo “Documento Básico para Avaliação das Universidades Brasileiras” do Programa de Avaliação Institucional de Universidades Brasileiras (PAIUB).

O principal objetivo do projeto em curso de avaliação na UFRJ é a verificação da eficácia das ações da universidade na sociedade brasileira, tendo como corolário conhecer a instituição e subsidiar suas estratégias visando, sobretudo, à eficiência em suas interações com a comunidade a que serve. Parte-se do princípio de que a universidade deve interagir de forma *imediata* com a sociedade, visando uma maior *eficácia* e *otimização* da relação universidade-sociedade. Nesse sentido, assume-se a ideologia da universidade como prestadora de serviços para a sociedade, bem ao estilo das “multiversidades” norte-americanas, estimulando-se várias práticas, tais como convênios e parcerias com empresas públicas e privadas, e atividades de consultoria e assessoria a órgãos da sociedade. Essas práticas são utilizadas como forma de captação de recursos próprios e de

⁶ A COOPERA é composta por dois membros de cada um dos seis Centros da UFRJ, tendo a sua maioria participado dos conselhos superiores da UFRJ. Os Centros que compõem a UFRJ são: Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Centro de Letras e Artes, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Centro de Ciências da Saúde e Centro de Tecnologia.

complementação salarial, e de tornar a universidade mais visível e conceituada perante a sociedade, e sobretudo, a mídia. Nessa ótica, a preocupação com as demandas externas do Estado, do setor produtivo e da própria sociedade sobrepuja-se aos objetivos propriamente acadêmicos de formação e pesquisa, que por si só justificam a função social da universidade.

Tanto é, que na justificativa do projeto de avaliação da UFRJ, a Comissão Permanente de Avaliação (COOPERA) enfatizou as questões vinculadas ao ambiente externo à universidade. Dentre estas questões, destacamos as que se referem à captação de recursos próprios, o juízo que a sociedade faz da universidade, a visibilidade perante a mídia (estratégias de marketing), o regime de parcerias e as relações da UFRJ com instituições da sociedade civil (cf. COOPERA, 1995, p. 19-23).

Da forma como vem sendo conduzido o processo de avaliação na UFRJ, valoriza-se a competência acadêmica vinculada ao benefício direto para a sociedade como formadora de recursos humanos e como fonte de conhecimento útil, sem mediação entre a formação e o conhecimento produzidos pela universidade e a sua apropriação pela sociedade. Este tipo de ideologia da universidade como prestadora de serviços à sociedade, numa chave neoliberal, desenvolveu-se na USP um pouco antes, sobretudo a partir da gestão Goldemberg na Reitoria.

As parcerias da USP e da UFRJ com o setor produtivo

A ampliação dos processos de avaliação, a diminuição dos recursos orçamentários para as universidades públicas (com a conseqüente privatização destas instituições por dentro delas mesmas) e o estímulo às relações com o setor produtivo constituem processos correlacionados, que indicam uma profunda alteração da concepção clássica de universidade, atrelando-a às demandas externas do Estado, da sociedade e do setor produtivo.

No caso da USP, embora a interação com o setor produtivo, na área tecnológica, seja anterior à própria existência da universidade como instituição, somente na década de 90 os convênios e/ou parcerias entre empresa e universidade começam a tomar corpo⁷. Embora não haja na USP um organismo executivo central que gerencie a cooperação com as empresas, a CECAE – Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais – “tem competência residual para abrir e consolidar áreas novas de cooperação, potencializando os talentos e competências da USP” (Plonski, 1995, p. 38-39). Isto é, a CECAE “tem por missão potencializar a contribuição institucional da USP à sociedade. Desempenha papel estruturante na valorização da capacitação disponível na universidade, canalizando-a em iniciativas voltadas ao delineamento e implementação de soluções inovadoras para questões consideradas relevantes sob os aspectos social e econômico” (CECAE, 1996).

A CECAE baseia a sua atuação no princípio da cooperação, mediante o estabelecimento e cultivo de parcerias internas e externas. Em 1995, as contribuições institucionais da USP à sociedade potencializadas pela CECAE resultaram da integração das competências de cerca de 400

⁷ A Escola Politécnica e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz têm longa tradição de cooperação com os setores industriais e agrícolas, sendo que a sua criação antecede à fundação da USP em 1934. Sobre a experiência da USP em convênios e/ou parcerias com o setor produtivo, cf. Plonski (1995).

docentes, estudantes, servidores e colaboradores de todos os *campi* da USP, às quais se agregaram apoios proporcionados por cerca de 70 organizações públicas e privadas. A CECAE/USP é um órgão da Reitoria da universidade que mantém uma estreita articulação programática com a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, para a qual funciona como “braço da extensão”. A CECAE visa atender as demandas de distintos segmentos da sociedade, tais como o sistema educacional, o tecido comunitário, o meio universitário e o setor empresarial.

No âmbito do seu Programa de Cooperação Universidade-Empresa, a CECAE possui vários projetos. Dentre eles, destacamos o Projeto Disque-Tecnologia USP, que facilita o acesso à capacitação tecnológica e gerencial existente na USP, fornecendo consultas por telefone ou *fax* sobretudo a micro e pequenas empresas, por estar mais consolidado que os demais e já possuir algum material passível de análise no momento atual.

O Projeto Disque-Tecnologia da USP (DT-USP) é o primeiro serviço de atendimento às micro e pequenas empresas criado no país para a solução de dúvidas tecnológicas. As suas atividades iniciaram-se em fevereiro de 1991, em fase de teste, e, oficialmente, em 18 de setembro de 1991.

As questões encaminhadas ao Disque-Tecnologia da USP são, de forma geral, de tratamento simples e baixa complexidade tecnológica. Por estas características, desde o início de seu funcionamento foi detectada a dificuldade em alguns casos de se encontrarem pesquisadores universitários dispostos ou disponíveis para resolvê-las. Objetivando facilitar o processo de atendimento a este tipo de consultas, o Disque-Tecnologia articulou-se a empresas juniores formadas por alunos da USP. Assim, estas empresas passaram a atender algumas consultas de caráter mais generalista. Com o tempo, novas demandas foram sendo encaminhadas também para pós-graduandos, técnicos, parceiros exteriores à USP, fornecedores de matéria-prima, além da própria equipe do Disque-Tecnologia. Hoje, para a realização do trabalho de atendimento às empresas, o DT-USP tem acordos formalizados com o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (SIMPI-SP), com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (SEBRAE-SP), e parcerias informais múltiplas com várias instituições. O projeto em questão possui uma atuação estruturada para a divulgação de suas atividades na mídia, através de artigos em jornais e revistas, tais como a revista *Pequenas Empresas - Grandes Negócios* e os jornais *Diário do Comércio & Indústria* e *Diário Popular*, além do programa *Clip Tecnologia* na Rádio USP/FM e de eventuais apresentações na TV, mecanismos de divulgação considerados eficientes para alcançar os micro e pequenos empresários.

O que a USP e a CECAE pretendem com o Disque-Tecnologia “é a investigação sobre os reais e imediatos problemas das micro e pequenas empresas, visando formatar outras ações que não se resumam ao pronto atendimento, mas sempre considerando este como ponto de partida”. Isto porque a quase totalidade da demanda (95%) provém destas empresas ou de potenciais empreendedores que normalmente buscam informação

tecnológica antes da abertura do negócio. “Os problemas do cotidiano das empresas e a procura por soluções contidas em tecnologias habituais, aquelas amplamente dominadas e que não exigem novas pesquisas, representam cerca de 70% das consultas recebidas ao longo da existência do DT-USP” (CECAE, 1997, não paginado). Aqui cabe questionar que retorno intelectual a universidade recebe com a prestação deste tipo de serviço, que sequer exige o desenvolvimento de novas pesquisas por parte da instituição, revelando-se com isto o imediatismo do empreendimento.

Segundo o documento citado:

“O modelo do DT/USP é por pretensão inovador, baseando-se no diálogo para identificar a melhor solução para a empresa/empreendedor. O afã é o de conhecer a demanda, para, em consequência, se proceder a oferta. Justamente sobre este aspecto é que está a inovação, pois a relação universidade/empresa até hoje desencadeada sempre se prendeu ao interesse mútuo da aproximação, sempre com oferta organizada pela primeira e nunca com o conhecimento da demanda – claro que o resultado não poderia ser satisfatório, recaindo no ‘academicismo’ os malogros do processo” (CECAE, 1997, não paginado).

Esta afirmação sintetiza bastante bem o tipo de vínculo que tem sido estabelecido na atualidade entre a universidade e o setor produtivo, em que este é que determina o tipo de demanda e de prestação de serviços por parte da universidade, que agora submete-se absolutamente às leis do mercado capitalista de produção.

No caso da UFRJ, a unidade com maior tradição no que se refere à interação com o setor produtivo é a COPPE – Coordenação dos Programas de pós-graduação em Engenharia – criada em 1965.

A criação da COPPETEC em 1970 visou estimular uma maior cooperação entre universidade e empresas. Trata-se de iniciativa pioneira, seja do ponto de vista da captação de recursos, seja como meio para desenvolver a integração universidade-empresa. Inúmeras demandas que os pesquisadores da COPPE recebiam em caráter privado foram disciplinadas, centralizadas e integradas pela COPPETEC às atividades acadêmicas (cf. COPPE, 1988).

Na área de ciências humanas, a UFRJ instituiu uma iniciativa pioneira no que se refere à prestação de serviços e ao intercâmbio com o setor produtivo: a Coordenação de Programas e Projetos em Ciências Humanas (CPCH). Criada em 1991, a CPCH é uma unidade integrada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ, que tem como objetivo promover a cooperação de pesquisadores, professores, técnicos e núcleos de pesquisa do setor de humanas com empresas públicas e privadas. Sua atividade consiste na prestação de serviços a empresas por intermédio

de treinamentos, cursos, seminários, pesquisas, consultorias, etc. Como unidade de prestação de serviços, a ação da CPCH se constitui num “balcão técnico-científico” para identificação de demandas e ofertas de serviços que diferentes usuários institucionais fazem à universidade, executando projetos em função de demandas específicas dos interessados. Como unidade de interface entre a universidade e a sociedade, a CPCH desenvolve atividades de intercâmbio em fóruns nacionais e internacionais para a transferência de conhecimentos em várias áreas, através de programas de cooperação técnico-científica com as unidades de transferência de conhecimento de universidades e de instituições públicas e privadas do país e do exterior (cf. CPCH, 1995).

A CPCH, embora tenha sido criada em 1991, somente começou a executar intercâmbios e parcerias a partir de 1992, quando recebeu o apoio financeiro da FINEP. “É uma área sem referência em qualquer país da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos. Representa uma experiência totalmente inovadora, sem similar no mundo todo, no âmbito das ciências humanas. Representa um espaço de intercâmbio com o setor produtivo diferenciado do academicismo da universidade, no que se refere à graduação, à pós-graduação e à própria extensão”. A CPCH não tem vínculo com a extensão, pois apresenta uma filosofia diferente dos projetos de extensão universitária. “Nosso objetivo é faturar e atender às demandas do setor produtivo, sendo que a extensão da universidade ocupa-se de programas comunitários sem fins lucrativos”⁸. Além disso, “como a universidade ainda não tem a mobilidade que o setor empresarial requer, se há uma demanda que a universidade não é capaz de atender, vamos buscar algum setor fora dela que possa suprir a demanda do setor produtivo, para atender o empresário”. Caberia indagar que tipo de retorno intelectual a UFRJ recebe com este tipo de prestação de serviços, que algumas vezes sequer envolve seus próprios pesquisadores e docentes. Do ponto de vista do entrevistado, o retorno que a universidade recebe, “além do financeiro, que é óbvio, é o envolvimento dos alunos com o mercado produtivo, a reciclagem do corpo docente a partir dos inputs do setor produtivo, fora do tradicional academicismo, e a possibilidade de mostrar a universidade para a comunidade de uma forma que ela nunca foi mostrada, sendo uma poderosa ferramenta de *marketing* universitário” (CPCH, 1995). Aqui sequer as ciências humanas, que pela própria natureza do conhecimento que produzem estiveram à margem das parcerias com o setor produtivo, são preservadas, sendo envoltas por uma visão mercadológica e imediatista de formação. Até mesmo a área de ciências humanas e os profissionais universitários que nela atuam, vinculados a uma tradição de cultura livre e desinteressada, têm aderido crescentemente às demandas mercadológicas do capital. Isto é, tem diminuído cada vez mais o grau de resistência das Faculdades de Filosofia e Ciências Sociais aos reclames do mercado e da cultura tecnológica que impera na atualidade, deixando de atuarem como focos permanentes de crítica e de inconformismo, como eram até as décadas de 60 e 70. Essas faculdades têm aderido cada vez mais às propostas de modernização que, no limite, têm transformado a

⁸ Entrevista realizada com um dos gerentes executivos da CPCH.

universidade num balcão de prestação de serviços às empresas públicas e privadas. Isto pode ter relação com o fato das Faculdades de Filosofia e Ciências Sociais estarem reagindo às constantes acusações que recebem de “improdutivas” e “irracionais” pela adoção de uma postura modernizadora que, no limite, tem-lhes retirado a força crítica. Tanto mais grave torna-se a crescente adesão dessas faculdades à lógica racionalizadora do capital se partirmos do pressuposto de que elas representam por excelência o núcleo crítico e integrador do conhecimento na universidade.

No atual contexto onde tudo se reduz à mercadoria, “com a transformação da universidade numa grande organização de caráter racional, onde esta racionalidade de caráter funcional, instrumental, ou formal, está subordinada à idéia de *cálculo*” (Cardoso, 1989, p. 124), até mesmo muitos dos antigos intelectuais críticos aderiram ao *establishment*. Esses intelectuais perderam o distanciamento crítico tão necessário à reflexão filosófico-social, transformando-se em funcionários do capital, do Estado e/ou da mídia. A intelectualidade partiu para o mercado “para olhá-lo, segundo imagina, mas na verdade, para encontrar um comprador”. A capacidade de apreender algo distante, a exigência de distanciamento necessária à reflexão filosófico-crítica é hoje um olhar em extinção (cf. Benjamin, 1989; 1993). Sem contar que os novos intelectuais são cada vez mais seduzidos pelos apelos das agências de fomento à pesquisa, do setor produtivo e da mídia, muitos dos quais tendo se transformado em verdadeiros “intelectuais eletrônicos”, nas palavras de Beatriz Sarlo (1997, p. 159-182)⁹.

Num mundo onde estamos imersos imediatamente no presente, não há muito espaço para um olhar de estranhamento, tão essencial à postura crítico-reflexiva. Olhar este que não implica o afastamento dos intelectuais das questões públicas mas, ao contrário, implica o seu envolvimento tenso e crítico com os problemas sociais. Num quadro em que se reafirma o fim das utopias e das ideologias, os novos especialistas encarnam uma postura pragmática e imediatista diante de fragmentos de realidades transitórias, instantâneas. A tecnificação da sociedade avança e o número de especialistas ligados ao governo, à administração pública e à gestão do capital aumenta, formando o bloco da autoridade intelectual, na atualidade.

O sentido clássico do engajamento intelectual modifica-se significativamente, assumindo uma entonação minimalista, colada aos interesses privados, de categoria e da área de especialização profissional. O campo intelectual se despolitiza crescentemente em função dos interesses de mercado. O papel crítico, tão característico das gerações intelectuais que atuaram na universidade até fins da década de 60, tem se diluído em meio à inserção da universidade na lógica racionalizadora do capital.

⁹ Capítulo dedicado aos intelectuais.

PAULA, Maria de Fátima de. The process of modernization of the university – the cases of USP and UFRJ. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 189-202, November 2000.

ABSTRACT: The article deals with the modernization process of the university and the consequent transformation of the profile of the university intelligentsia based on two case studies: the University of São Paulo (USP) and the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The study covers the '70s, '80s and '90s, thereby emphasizing the changes that took place in the respective universities, after the 1968 Reform. The analysis focuses on the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of USP and on the Institute of Philosophy and Social Sciences of UFRJ, highlighting the human sciences area. Since the 1968 Reform, these university units have been inserted in the bureaucratic and rationalizing logic of the capital, which has led to their dilution as privileged loci for critical, political and cultural resistance.

KEY WORDS:
university,
modernization,
rationalization,
bureaucracy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. (1989) *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1993) *Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. (1989) A modernização da universidade e a questão da avaliação. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Ensino superior brasileiro; transformações e perspectivas*. São Paulo, Brasiliense, p.113-135.
- COLLOR, Fernando. (1991) *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*. Brasília, MEC.
- CECAE. (1996) *CECAE - objetivos e projetos*. São Paulo, USP.
- _____. (1997) *Projeto disque-tecnologia USP*. São Paulo, USP/CECAE. Programa de Cooperação Universidade-Empresa.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. (1980) Ventos do progresso: a universidade administrada. In: Descaminhos da educação pós-68. *Cadernos de Debate*, São Paulo, Brasiliense, 8: 31-56.
- _____. (1990) *Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas*. 5a ed., São Paulo, Cortez.
- COOPERA. (1995) *Avaliação na Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- COPPE. (1988) *COPPE; 25 anos de pesquisa e pós-graduação em engenharia*. Rio de Janeiro, UFRJ/COPPE.
- CPCH. (1995) *Coordenação de programas e projetos em ciências humanas (CPCH): objetivos e serviços prestados*. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH.

- Folha de S. Paulo*. (1988a) A lista dos improdutivos. São Paulo, 05/03, p. A-17.
- _____. (1988b) *Os improdutivos da USP*. São Paulo, 21/ 02, p. a-2.
- GOLDEMBERG, José. (1992) O impacto da avaliação na universidade. In: DURHAM, Eunice R. & SCHWARTZMAN, Simon (orgs.). *Avaliação no ensino superior*. São Paulo, EDUSP, p. 91-104.
- GRACIANI, Maria Stela Santos.(1984) *O ensino superior no Brasil; a estrutura de poder na universidade em questão*. 2a ed., Petrópolis, Vozes.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.(1997) *Universidade e sociedade*, São Paulo, VII(12):165-176, fevereiro.
- MARE. (1995) *Plano diretor de reforma do aparelho de Estado*. Brasília, MARE.
- MEC. (1985) *Uma nova política para a educação superior*. Brasília, MEC.
- _____.(1986) *Relatório do grupo executivo para a reformulação da educação superior*. Brasília, MEC.
- _____.(1996) *Proposta do MEC de anteprojeto de autonomia universitária*. Brasília, MEC.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. (1998) *A modernização da universidade e a transformação do perfil da inteligência universitária: casos USP e UFRJ*. São Paulo, 492 p. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PLONSKI, Guilherme Ary. (1995) Cooperação empresa-universidade: antigos dilemas, novos desafios. *Revista USP; dossiê universidade-empresa*, São Paulo, USP, 25: 33-41, março/maio.
- SARLO, Beatriz.(1997) *Cenas da vida pós-moderna; intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- WEBER, Max. (1982) *Ensaio de sociologia*. 5a ed., Rio de Janeiro, Editora Guanabara S. A.
- _____. (1994a) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 8. ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- _____.(1994b) *Economia e sociedade; fundamentos da sociologia compreensiva*. 3a ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, volume 1.
- WOLYNEC, E.(1992) O uso de indicadores de desempenho para a avaliação institucional. In: DURHAM, Eunice R. & SCHWARTZMAN, Simon (orgs.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo, EDUSP, p.105-133. poder, cf. Graciani, 1984.